

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício
2018



Declaração do Contador

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Esta coordenação compõe estrutura da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Secretaria Geral da Presidência, que exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos do Governo Federal.

Criada a partir da antiga Coordenação de Auditoria e Contabilidade da Secretaria de Governo, foi concebida para atender as necessidades de segregação de funções e para dar maior autonomia no desempenho de suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CGCONT, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade.

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa; e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª e 8ª Edição (MACSP).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando apenas Administração Direta, que compreende unidades da Casa Civil (exceto Imprensa Nacional), da Secretaria de Governo, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional.

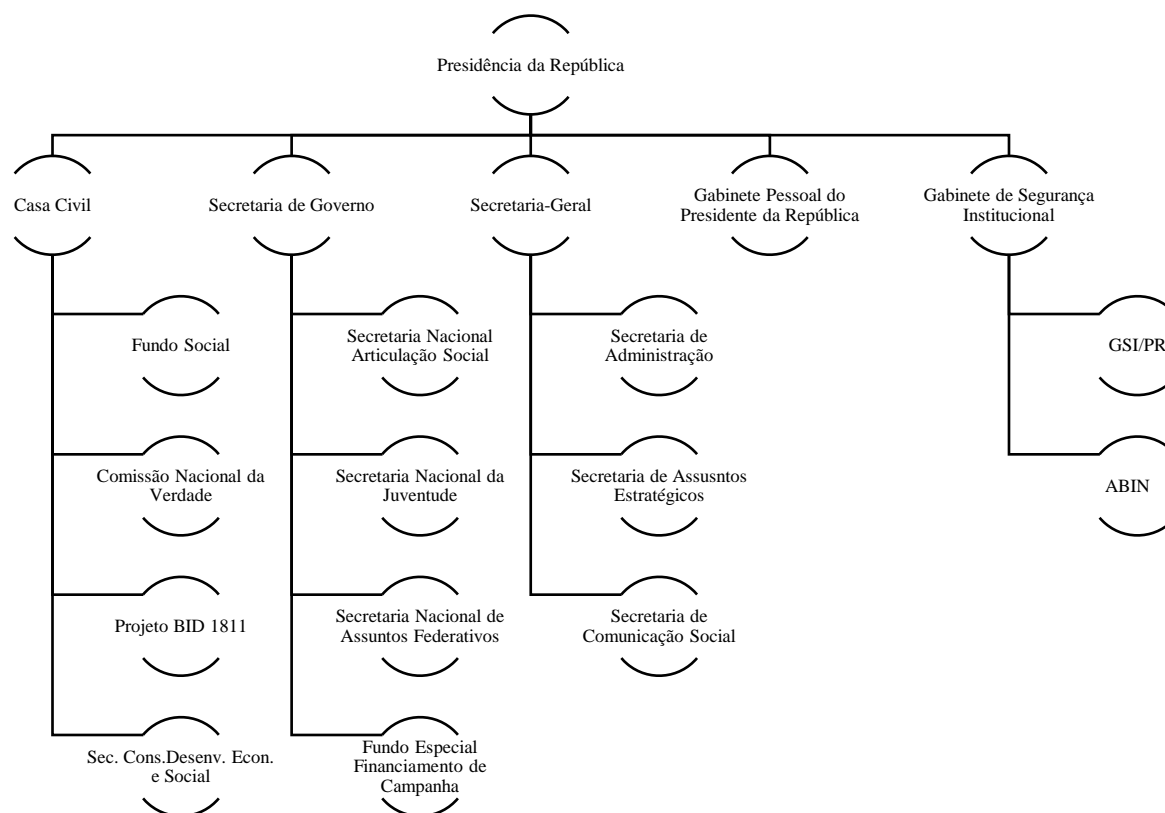
Tais demonstrações foram elaboradas de forma unificada por não ser possível fazê-las de forma individualizada para cada Unidade Prestadora de Contas (UPC), pois, devido à complexidade da estrutura da Presidência, as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais são transversais não ocorrendo de forma segregada por UPC.

No exercício de 2018, foram decretadas Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018) e Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.288/2018), ambas até 31 de dezembro de 2018 e subordinadas ao Presidente da República, integrando, portanto, a estrutura da Presidência da República – Administração Direta (PR).

Considerando a finalidade das demonstrações contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisões sobre a alocação de recurso, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade, exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual; optou-se por excluir das demonstrações contábeis as informações da execução das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, por estas unidades terem sido criadas em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

Cabe ressaltar, que as informações relevantes acerca destas unidades serão divulgadas no item 11 das Notas Explicativas.

Estrutura Organizacional das Unidades Abrangidas nas Demonstrações Contábeis



AÇÕES DE MELHORIAS

Em 2018, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) completou um ano de criação e se dedicou a consolidar a estrutura e avançar na temática de custos.

Nas questões contábeis, além de estreitar o relacionamento com as unidades executoras da Presidência, foram feitas alterações no processo de análise da conformidade contábil para melhorar a mensuração do impacto de possíveis inconformidades e dar mais clareza de quais dispositivos legais estão sendo infringidos. Tais ações buscam aumentar a fidedignidade e confiabilidade das informações contábeis refletidas nos SIAFI.

Além disso, para dar transparência e credibilidade à sua Prestação de Contas, principalmente quanto às gestões orçamentária, financeira e patrimonial, em abril de 2018, foram publicadas no site da Secretária-Geral, pela primeira vez, as Demonstrações Contábeis da Presidência da República como Órgão não superior (considerando apenas Administração Direta), referentes ao exercício de 2017.

Quanto à temática de custos, foi criado o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República (Portaria SGPR nº 70, de 13 de junho de 2018) com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da República. Também foi feito o Projeto Piloto mensuração de Custos, ficando definida a metodologia para apuração para os primeiros centros de custos.

DECLARAÇÃO

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), **relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República.**

Brasília, 31 de janeiro de 2019.

Cleomara Strzelecki

CRC nº 061863/O-0

Contadora Geral da Presidência da República

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Mil

Ativo	NE	2018	2017
Ativo Circulante		23.832.840	13.794.246
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	23.823.347	13.784.177
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		5.368	7.120
Estoques		4.125	2.949
Ativo Não Circulante		597.245	530.595
Ativo Realizável a Longo Prazo		7	7
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		7	7
Imobilizado	02	586.032	524.981
Bens Móveis		124.738	139.745
Bens Imóveis		461.294	385.236
Intangível	03	11.206	5.607
Softwares		11.206	4.553
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	1.055
Total do Ativo		24.430.085	14.324.842
Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2018	2017
Passivo Circulante		63.083	41.077
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	04	54.840	38.755
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		949	1.048
Demais Obrigações a Curto Prazo	05	7.294	1.274
		-	-
Total do Passivo		63.083	41.077
Patrimônio Líquido		24.367.002	14.283.765
Resultados Acumulados		24.367.002	14.283.765
Resultado do Exercício	06	10.084.197	5.405.045
Resultados de Exercícios Anteriores		14.283.765	8.936.379
Ajustes de Exercícios Anteriores		(960)	(57.659)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		24.430.085	14.324.842

Fonte: SIAFI

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Ativo			Passivo		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Ativo Financeiro	23.823.356	13.784.177	Passivo Financeiro	422.137	456.437
Ativo Permanente	606.729	540.664	Passivo Financeiro	10.149	31.236
Saldo Patrimonial	23.997.800	13.837.169			

Fonte: SIAFI

Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Especificação	2018	2017
Atos Potenciais Ativos	37.217	40.797
Execução dos Atos Potenciais Ativos	37.217	40.797
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	32.365	16.110
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	4.852	22.251
Direitos Contratuais a Executar	-	2.435

Atos Potenciais Passivos	537.735	1.300.776
Execução dos Atos Potenciais Passivos	537.735	1.300.776
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	49.130	47.294
Obrigações Contratuais a Executar	488.605	1.253.482

Fonte: SIAFI

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

Destinação de recursos	Em Mil
	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-312.631
Recursos Vinculados	23.713.850
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.335
Operação de Crédito	-1.431
Recursos de Receitas Financeiras	314
Outros Recursos Vinculados a Órgãos, Programas e Fundos	23.716.303
Total	23.401.219

Fonte: SIAFI.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em Mil			
Especificação	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas		33.500.236	16.308.811
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.147.293	17.591
Venda de Produtos		1.133.571	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		13.721	17.591
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.601.101	1.087.673
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.601.100	1.087.633
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	40
Transferências e Delegações Recebidas	07	29.024.228	15.144.824
Transferências Intragovernamentais		28.901.835	15.091.023
Outras Transferências e Delegações Recebidas		122.392	53.801
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos		1.705.710	50.845
Reavaliação de Ativos		1.686.599	29.334
Ganhos com Alienação e Incorporação de Ativos		19.090	21.122
Ganhos com Desincorporação de Passivos		21	389
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		21.904	7.878
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		17.647	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.257	7.878
Variações Patrimoniais Diminutivas		23.416.038	10.903.766
Pessoal e Encargos		550.459	530.655
Remuneração a Pessoal		355.974	352.833
Encargos Patronais		59.543	59.970
Benefícios a Pessoal		27.137	27.281
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		107.805	90.572
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		239.184	240.864
Aposentadorias e Reformas		207.787	208.112
Pensões		31.211	32.439
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		187	313
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		617.347	489.507
Uso de Material de Consumo		11.238	9.673
Serviços		585.689	461.193
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.420	18.641
Transferências e Delegações Concedidas	07	20.275.765	9.589.756
Transferências Intragovernamentais		20.235.602	9.560.167
Transferências Intergovernamentais		1.698	9.501
Transferências ao Exterior		327	1.753
Outras Transferências e Delegações Concedidas		38.138	18.335
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.727.739	48.663
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		1.705.914	23.228
Perdas com Alienação		178	174
Perdas Involuntárias		2.859	1.339
Incorporação de Passivos		638	1.570
Desincorporação de Ativos		18.151	22.351
Tributárias		286	197
Impostos, Taxas e Contribuições		286	197
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.258	4.124
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.258	4.124
Resultado Patrimonial do Período	06	10.084.197	5.405.045

Fonte: SIAFI.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em Mil

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	08	6.667.398	6.667.398	2.747.772	-3.919.625
Receita Patrimonial		6.390.823	6.390.823	1.601.100	-4.789.722
Valores Mobiliários		563.157	563.157	1.601.100	1.037.943
Exploração de Recursos Naturais		5.827.665	5.827.665	-	-5.827.665
Receita Industrial		253.355	253.355	1.133.571	880.216
Receitas de Serviços		23.220	23.220	13.100	-10.120
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		23.220	23.220	13.100	-10.120
Receitas De Capital		173	173	202	30
Alienação de Bens		173	173	202	30
Alienação de Bens Móveis		173	173	202	30
Total das Receitas (I)		6.667.570	6.667.570	2.747.974	-3.919.596

Fonte: SIAFI.

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	09	2.908.425	3.526.678	1.330.695	1.091.706	1.041.424	2.195.983
Pessoal e Encargos Sociais		763.850	786.276	768.146	750.235	702.540	18.130
Outras Despesas Correntes		2.144.575	2.740.403	562.549	341.472	338.883	2.177.853
Despesas de Capital	09	6.669.318	7.696.077	46.170	14.040	14.038	7.649.907
Investimentos		25.640	1.052.399	46.170	14.040	14.038	1.006.230
Inversões Financeiras		6.643.678	6.643.678	-	-	-	6.643.678
Total das Despesas (II)		9.577.743	11.222.755	1.376.865	1.105.746	1.055.462	9.845.890
Resultado Orçamentário (III = I – II)			SUPERÁVIT	1.371.109	-	-	-1.371.109
Total		9.577.743	11.222.755	2.747.974	1.105.746	1.055.462	8.474.781

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes		65.991	366.367	304.189	304.189	30.986	97.184
Pessoal e Encargos Sociais		19.833	30.862	13.103	13.103	19.833	17.760
Outras Despesas Correntes		46.158	335.505	291.086	291.086	11.153	79.425
Despesas de Capital		734	13.503	12.736	12.736	602	899
Investimentos		734	13.503	12.736	12.736	602	899
Total	10	66.725	379.870	316.924	316.924	31.588	98.083

Fonte: SIAFI2018.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
Despesas Correntes		719	8.763	7.257	-	2.224
Pessoal e Encargos Sociais		123	6.984	6.461	-	647
Outras Despesas Correntes		595	1.778	796	-	1.578
Total	10	719	8.763	7.257	-	2.224

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO

		Em Mil	
Especificação	NE	2018	2017
Ingressos		31.985.310	16.543.231
Receitas Orçamentárias		2.747.974	1.111.463
Ordinárias		-	6.251
Vinculadas		2.747.974	1.105.212
Educação		-	509
Alienação de Bens e Direitos		1.736	112
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.180.986	1.104.854
Outros Recursos Vinculados a Fundos		566.786	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.534	-263
Transferências Financeiras Recebidas	07	28.901.662	15.025.465
Resultantes da Execução Orçamentária		27.742.723	14.114.958
Independentes da Execução Orçamentária		1.158.940	910.507
Recebimentos Extraorçamentários		335.673	406.302
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		50.285	7.863
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		271.119	379.870
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.520	586
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.750	17.984
Saldo do Exercício Anterior		13.784.177	8.418.030
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.784.177	8.418.030
Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)		45.769.487	24.961.261
Dispêndios		21.946.140	11.177.084
Despesas Orçamentárias		1.376.865	1.500.680
Ordinárias		1.232.494	1.263.936
Vinculadas		144.372	236.745
Seguridade Social (Exceto RGPS)		121.963	200.796
Operação de Crédito		3.570	24.900
Alienação de Bens e Direitos		173	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		18.667	11.049
Transferências Financeiras Concedidas	07	20.234.273	9.532.714
Resultantes da Execução Orçamentária		18.129.111	8.759.524
Independentes da Execução Orçamentária		2.105.163	773.190
Despesas Extraorçamentárias		335.001	143.689
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		7.257	1.860
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		316.924	122.930
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.491	1.095
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.328	17.804
Saldo para o Exercício Seguinte		23.823.347	13.784.177
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.823.347	13.784.177
Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)		45.769.487	24.961.261

Fonte: SIAFI 2018.

Resultado Financeiro do Exercício

		Em Mil	
Especificação	NE	2018	2017
Ingressos		31.985.310	16.543.231
Dispêndios		21.946.140	11.177.084
Resultado Financeiro do Exercício		10.039.170	5.366.147

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Em Mil		
Especificação	NE	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		10.065.406	5.372.563
Ingressos		31.663.675	16.155.363
Receitas Derivadas e Originárias		<u>2.747.772</u>	<u>1.111.351</u>
Receita Industrial		1.133.571	-
Receita de Serviços		13.100	16.997
Remuneração das Disponibilidades		1.601.100	1.087.594
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	6.760
Outros Ingressos das Operações		<u>28.915.903</u>	<u>15.044.011</u>
Ingressos Extraorçamentários		9.520	586
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21	-
Transferências Financeiras Recebidas		28.901.662	15.025.465
Arrecadação de Outra Unidade		4.699	-
Demais Recebimentos		-	17.960
Desembolsos		-21.598.268	-10.782.800
Pessoal e Demais Despesas		-1.258.556	-1.145.195
Administração		-694.720	-599.136
Segurança Pública		-292.420	-293.839
Previdência Social		-236.746	-240.321
Saúde		-12.235	-1.046
Direitos da Cidadania		-5.629	-350
Urbanismo		-14.122	-
Comércio e serviços		-1.724	-10.465
Demais Despesas		-960	-37
Transferências Concedidas		-94.620	-85.992
Intergovernamentais		-1.698	-379
Intragovernamentais		-92.596	-83.770
Outras Transferências Concedidas		-327	-1.843
Outros Desembolsos das Operações		-20.245.093	-9.551.613
Dispêndios Extraorçamentários		-9.491	-1.095
Transferências Financeiras Concedidas		-20.234.273	-9.532.714
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-	-17.804
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-26.237	-6.416
Ingressos		202	112
Alienação de Bens		202	112
Desembolsos		-26.439	-6.528
Aquisição de Ativo Não Circulante		-17.815	-4.171
Outros Desembolsos de Investimentos		-8.624	-2.357
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		10.039.170	5.366.147
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		13.784.177	8.418.030
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		23.823.347	13.784.177

Fonte: SIAFI.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como objeto as informações consolidadas do órgão 20101 – Presidência da República.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizados os critério de compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas, exceto àquelas relativas à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e,
- VI. Notas Explicativas.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e

mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques - Compreendem as mercadorias para revenda

(dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Benefícios a empregados - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.
- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa representa o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, para aplicação nas operações da Presidência. Do total, 99,6% refere-se aos recursos do Fundo Social.

Caixa e Equivalentes de Caixa	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Fundo Social	23.716.341	13.653.214	99,6%	73,7%
Demais Unidades	107.006	130.963	0,4%	-18,3%
Total	23.823.347	13.784.177		72,8%

Fonte: SIAFI

Considerando apenas as demais unidades da PR, não sendo tais unidades arrecadoras, o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa é refletido essencialmente o Limite de Saque da Conta Única do Tesouro (99,7%).

Conta Contábil	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	106.695	130.652	99,7%	-18,3%
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	64.500	130.652	60,5%	-50,6%
Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	42.195	-	39,5%	
Demais contas - Caixa Econômica Federal	311	311	0,3%	0,0%
Total	107.006	130.963		

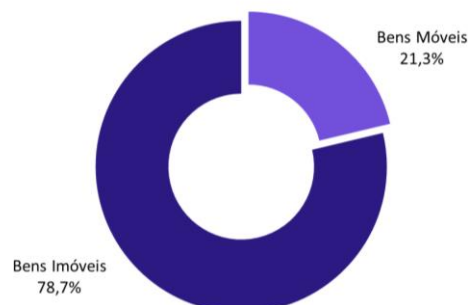
Fonte: SIAFI

O montante relativo à Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS referem-se a folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Isso ocorreu devido a problemas técnicos decorrentes da alteração da rotina de pagamento por Ordem Bancárias. Desconsiderado este valor, observa-se a redução de 50,6% no Limite de Saque com Vinculação de Pagamento o que representa maior efetividade na utilização dos recursos.

NOTA 02 – IMOBILIZADO

O imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da Presidência e se divide em bens móveis e bens imóveis.

Os montantes apresentados no balanço patrimonial são valores líquidos, nos quais foi descontada a depreciação acumulada até o encerramento do exercício de 2018.



Bens Móveis

Os bens móveis correspondem a 21,3% do total do ativo imobilizado, sendo que 45,4% se referem a equipamentos e aparelhos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	32.832	29.053	26,3%	13,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	23.862	26.390	19,1%	-9,6%
Veículos de Tração Mecânica	17.755	20.071	14,2%	-11,5%
Mobiliário em Geral	13.974	16.884	11,2%	-17,2%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	9.154	13.341	7,3%	-31,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	7.534	9.860	6,0%	-23,6%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.212	3.766	2,6%	-14,7%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.933	3.678	2,4%	-20,2%
Demais Bens Móveis	13.483	16.703	10,8%	-19,3%
Total	124.738	139.745		

Fonte: SIAFI

A variação nas contas de bens móveis se deve: a) ao incremento da infraestrutura de TIC na Presidência e na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; b) à reavaliação de equipamentos de proteção, segurança e socorro e de áudio, vídeo e foto, conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; c) à transferência do acervo patrimonial das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, cujas competências foram transferidas para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Lei nº 13.341/2016) e para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Lei nº 13.502/2017), respectivamente; e, d) à baixa de bens em estado irre recuperável, cuja manutenção é onerosa para a Administração Pública e cuja alienação por meio de doação, em virtude de seu estado físico, foi considerada impossível e inconveniente.

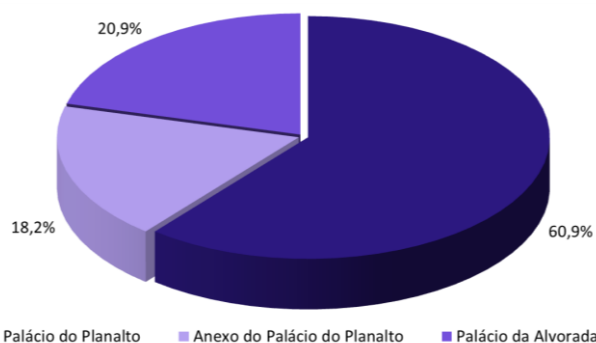
Bens Imóveis

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	116.695	0	25,3%	
Museus/Palácios	110.249	91.159	23,9%	20,9%
Edifícios	99.593	98.788	21,6%	0,8%
Imóveis Residenciais / Comerciais	46.237	48.786	10,0%	-5,2%
Armazéns/Galpões	44.796	84.969	9,7%	-47,3%
Estacionamentos e Garagens	19.508	19.574	4,2%	-0,3%
Complexos/Fábricas/Usinas	16.844	16.716	3,7%	0,8%
Salas	3.178	3.185	0,7%	-0,2%
Instalações	2.531	2.716	0,5%	-6,8%
Obras em Andamento	815	815	0,2%	0,0%
Terrenos/Glebas	744	18.423	0,2%	-96,0%
Estudos e Projetos	166	166	0,0%	0,00%
Total	461.356	385.298		

Fonte: SIAFI

O valor da conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar refere-se à obra de reforma do Palácio do Planalto reconhecida em dezembro/2018, mas cujo registro ainda está em processamento.

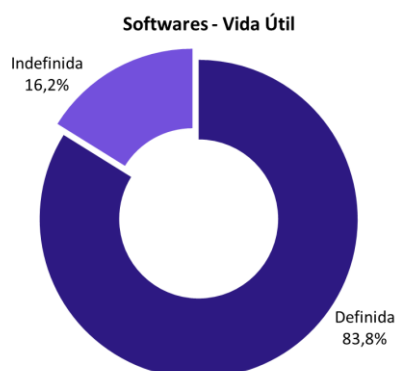
A conta Museu e Palácios representa o valor do Palácio do Planalto, do Anexo do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada.



Sendo assim, o montante de imobilizado referente aos palácios corresponde a 49,2% do total de bens imóveis.

O aumento de 20,9% no valor Museus e Palácios se refere à reavaliação do Palácio do Planalto. Já a variação de Terrenos/Glebas se deve à devolução à SPU/GO de um terreno de 5.000 m² localizado na cidade de Goiânia/GO ocorrida em 07/02/2018 pela ABIN.

NOTA 03 – INTANGÍVEL



O intangível é composto exclusivamente por softwares no encerramento do exercício de 2018. Isso porque o valor de aproximadamente R\$ 1,0 milhão registrado em 2017 na conta Marcas, Direitos e Patentes Industriais referia-se à licenças de uso de softwares e, portanto, foram reclassificadas para a conta Softwares.

Esta conta se divide, em razão da vida útil do bem ou direito, em definida ou indefinida.

Softwares - Vida Útil	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Definida	21.889	13.218	83,8%	65,6%
Indefinida	4.217	3.058	16,2%	37,9%
Total	26.105	16.277		

Fonte: SIAFI

Predominantemente, compõem o patrimônio intangível da PR, softwares de vida útil definida visto que a maior parte se trata de licença de software para utilização por período determinado.

A evolução patrimonial do ativo intangível se deve essencialmente a aquisição de softwares de vida útil definida pela ABIN.

NOTA 04 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	44.602	7.547	81,33%	491,02%
Férias a Pagar	10.121	9.767	18,46%	3,63%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	0	21.441	0,00%	-100,00%
Demais Obrigações Trab., Previden. e Assist. a Pagar - CP	117	1	0,21%	13607,56%
Total	54.840	38.755		

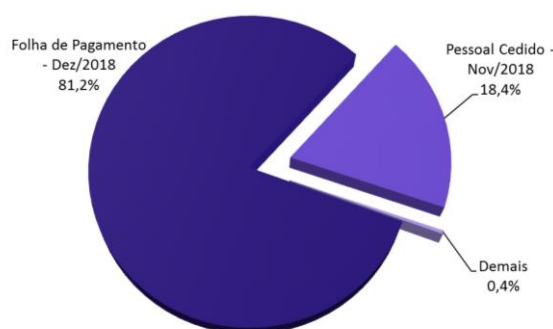
Fonte: SIAFI

O aumento de Salários, Remunerações e Benefícios refere-se à folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Já a redução de Décimo Terceiro Salário a Pagar se deve à regularização da conta em atendimento à alteração da Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento em decorrência de recomendação do TCU por meio do Acórdão nº 1322/2018 – TCU – Plenário.

NOTA 05 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Também neste grupo houve impacto da folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019, sendo 81,2% da variação do grupo devido a esta operação atípica.

Também atípico foi o ressarcimento de pessoal cedido referente a novembro/2018 que foi pago apenas em janeiro de 2019, gerando um aumento de 18,4% nas Demais Obrigações de Curto Prazo.



NOTA 06 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018, resultado patrimonial foi superavitário e 86,6% maior que o resultado de 2017.

	2018	2017	Variação	AH (%)
Resultado Patrimonial	10.084.197	5.405.045	4.679.153	86,6%

Fonte: SIAFI

Este aumento se deve às variações ocorridas decorrentes do Fundo Social, posto que desconsiderando o impacto patrimonial do Fundo Social, o Resultado Patrimonial é negativo devido à redução de 78,6% nas Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas não vinculadas ao Fundo.

	2018	2017	Variação	AH (%)
Resultado Patrimonial				
Fundo Social	11.196.699	5.305.676	5.891.022	111,0%
Transf. Finan. referentes a Compensações Finan. pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	7.895.241	4.218.043	3.677.198	87,2%
Transf. Finan. referentes a Remuneração de Depósitos Bancários	566.786	0	566.786	
Receita Industrial	1.133.571	0	1.133.571	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.601.100	1.087.633	513.467	47,2%
Demais Variações Patrimoniais	-1.112.501	99.368	-1.211.869	-1219,6%
Resultado das Demais Transf. e Delegações Recebidas e Concedidas	286.436	1.337.024	-1.050.588	-78,6%
Resultado das Demais Var. Patrim. Aumentativas e Diminutivas	-1.398.937	-1.237.656	-161.281	13,0%
Total	10.084.197	5.405.045	4.679.153	86,6%

Fonte: SIAFI

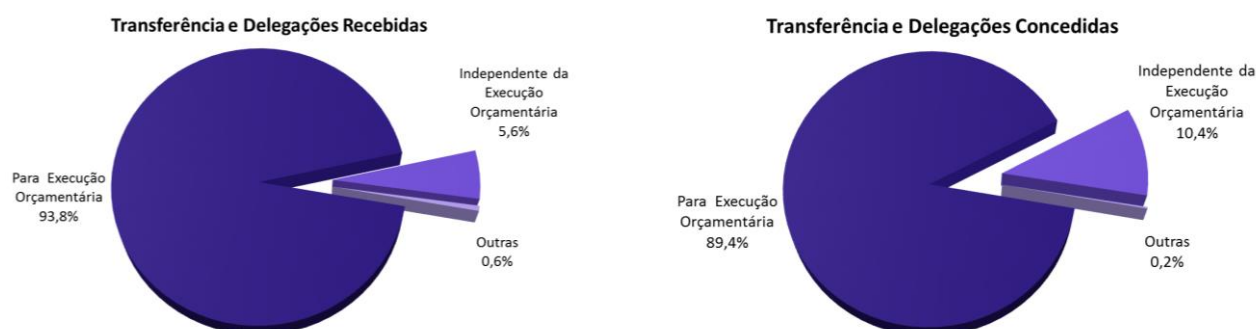
NOTA 07 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Principais itens da Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), as Transferências e Delegações representam 86,6% das Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto das Variações Patrimoniais Diminutivas.

A categoria mais relevante de Transferências e Delegações é a das Transferências Intragovernamentais. Nela estão compreendidas as transferências recebidas e concedidas para execução orçamentária, bem como as transferências recebidas e concedidas independente da

execução orçamentária.

Tanto nas transferências recebidas quanto nas concedidas, predominam aquelas decorrentes da Execução orçamentária.



Transferências Intragovernamentais Recebidas

	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Em Mil				
Transferências Financeiras Recebidas	27.742.723	14.114.958	96,0%	96,5%
Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária	27.742.723	14.114.958	96,0%	96,5%
Transf. Finan. Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	15.016.992	8.477.832	52,0%	77,1%
Transf. Finan. Recebidas de Outros Órgãos (Repasse)	33.442	10.695	0,1%	212,7%
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasse)	11.933.059	5.620.316	41,3%	112,3%
Devolução de Repasse e Sub-Repasse Não Utilizado	759.229	6.115	2,6%	12315,7%
Transf. Finan. Recebidas Independente da Execução Orçamentária	1.159.113	976.064	4,0%	18,8%
Transf. Finan. Recebidas para Pagamento de RP	1.148.641	900.872	4,0%	27,5%
Demais Transferências Finan. Recebidas	1.151	6.438	0,0%	-82,1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	9.147	3.198	0,0%	186,1%
Movimentações de Variação Patrimoniais Aumentativa	173	65.557	0,0%	-99,7%
Total	28.901.835	15.091.023		91,5%

Fonte: SIAFI

Cabe ressaltar que, como a Presidência é órgão setorial das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, as transferências destinadas à execução destas unidades compõem as Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional. Sendo assim, o aumento das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária acompanha o aumento de dotação orçamentária para o exercício de 2018.

Transferências Intragovernamentais Concedidas

	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Em Mil				
Transferências Financeiras Concedidas	18.129.111	8.759.524	89,6%	107,0%
Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária	18.129.111	8.759.524	89,6%	107,0%
Transf. Finan. Concedidas para Outros Órgãos (Repasse)	4.676.653	3.133.199	23,1%	49,3%
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse)	12.657.114	5.620.316	62,5%	125,2%
Cota e Sub-Repasse Devolvido	795.344	6.009	3,9%	13135,0%
Transf. Finan. Conced. Independente da Execução Orçamentária	2.106.491	800.642	10,4%	163,1%
Transf. Finan. Concedidas para Pagamento de RP	963.171	713.376	4,8%	35,0%
Demais Transferências Finan. Concedidas	2.946	6.016	0,0%	-51,0%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.139.046	53.797	5,6%	2017,3%
Movimentações de Variação Patrimoniais Diminutivas *	1.328	27.453	0,0%	-95,2%
Total	20.235.602	9.560.167		111,7%

*Não tem impacto no Balanço Financeiro

Fonte: SIAFI

As Transferências Concedidas para Execução Orçamentária representam 89,6% das Transferências Intragovernamentais Concedidas, sendo 62,5% referentes a Sub-Repasse.

No exercício de 2018, além do aumento de 100,6% no valor do Sub-Repasse relativo ao Fundo Social, também impactaram as Transferências Financeiras Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse), aquelas destinadas ao Fundo de Financiamento de Campanha, à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	Varição (R\$)	AH (%)
Fundo Social	8.462.027	4.218.043	4.243.983	100,6%
Fundo de Financiamento de Campanha	1.716.209		1.716.209	
Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro	724.377		724.377	
Intervenção Federal no Estado de Roraima	225.710		225.710	
Total	11.128.323	4.218.043	6.910.279	163,8%

Fonte: SIAFI

NOTA 08 – RECEITAS CORRENTES

O Balanço Orçamentário apresentou insuficiência de arrecadação devido à frustração de arrecadação da Receita Patrimonial de Exploração de Recursos Naturais, que representa 87,4% do total da Previsão de Receita.

Esta é proveniente de *royalties* em função da produção de petróleo e destinada à constituição do Fundo Social – FS, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Tal frustração da receita apresentada no Balanço Orçamentário se dá porque o órgão arrecadador é o Ministério da Fazenda, não ficando registrado como Receita Realizada na Setorial Orçamentária da Presidência.

Também constitui o Fundo Social – FS a Receita Patrimonial de Valores Mobiliários à remuneração dos depósitos bancários do Fundo e a Receita Industrial advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

No caso da Receita Patrimonial de Valores Mobiliários e da Receita Industrial, embora os recursos sejam arrecadados diretamente no Fundo Social, a receita realizada fica registrada no Balanço Orçamentário da Presidência, por ser a setorial orçamentária do Fundo Social.

Receita Realizada	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Receita Patrimonial	1.601.100	1.088.188	58,3%	47,1%
Receita Industrial	1.133.571	0	41,3%	
Receita de Serviços	13.100	16.997	0,5%	-22,9%
Outras Receitas Correntes	0	6.167	0,0%	-100,0%
Total	2.747.772	1.111.351	100,0%	147,2%

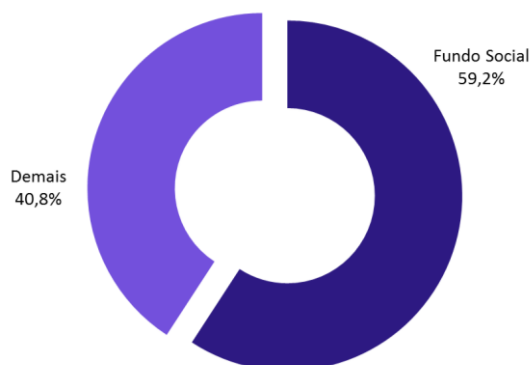
Fonte: SIAFI

Em relação à Receita Realizada, houve ampliação de 147,2% devido ao aumento da Receita Patrimonial e da Receita Industrial. A Receita Patrimonial realizada na Presidência advém apenas de

Valores Mobiliários relativos à remuneração dos depósitos bancários do Fundo Social. Sendo assim, a aumento da remuneração acompanha o aumento do montante aplicado.

Quanto a Outras Receitas Correntes a redução se deu por se tratar de receitas esporádicas e não previstas tais como Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais; e, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.

NOTA 09 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS



O Fundo Social representa 59,2% da dotação atualizada, no entanto, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo, em seu art. 52 determinou que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”.

A Lei ainda estabelece, no §1º do art. 52, que a composição e funcionamento do CGFFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Até o momento, o Fundo Social não foi regulamentado e o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

Em Mil

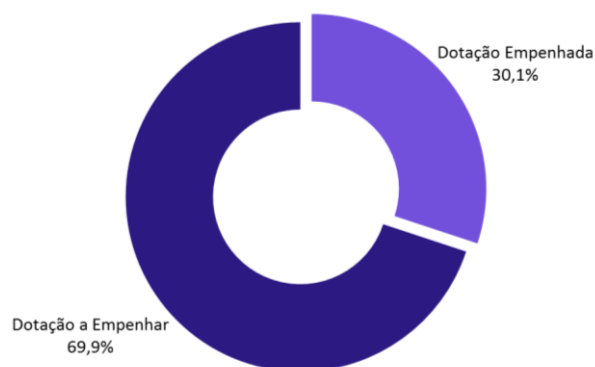
Dotação Atualizada	Total	Fundo Social	Demais
Despesas Correntes	3.526.678	500	3.526.178
Pessoal e Encargos Sociais	786.276		786.276
Outras Despesas Correntes	2.740.403	500	2.739.903
Despesas de Capital	7.696.077	6.643.678	1.052.399
Investimentos	1.052.399		1.052.399
Inversões Financeiras	6.643.678	6.643.678	0
	11.222.755	6.644.178	4.578.578

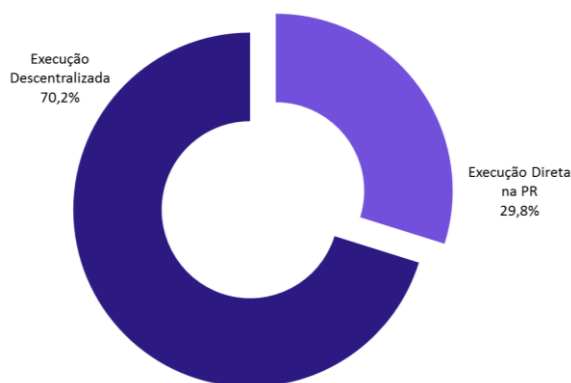
Fonte: SIAFI

Desconsiderando a dotação a relativa ao Fundo Social, tem-se uma redução de cerca de R\$ 6,6 milhões no valor da dotação atualizada.

Considerando o valor de Dotação Atualizada sem o Fundo Social, o Balanço Orçamentário apresentou economia na execução da despesa, posto que apenas 30,1% aparecem como empenhado.

No entanto o baixo nível de execução se dá porque o balanço considera apenas a despesa empenhada diretamente na PR, desconsiderando a execução descentralizada do orçamento.





No exercício de 2018, 70,2% da execução orçamentário ocorreu de forma descentralizada, na qual o crédito orçamentário e o recurso financeiro são transferidos para outra unidade ou ente da Administração Pública executar.

Considerando a execução direta e descentralizada, diminui consideravelmente a economia na execução orçamentária, que passa de 30,1% para 98,3%.

Da despesa executada diretamente na PR, 96,6% refere-se a Despesas Correntes, sendo 55,8% Pessoal e Encargos e 40,8% Outras Despesas Correntes.

	Em Mil			
Despesa Empenhada	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Despesas Correntes	1.330.056	1.486.402	96,6%	-10,5%
Pessoal e Encargos Sociais	768.146	747.025	55,8%	2,8%
Outras Despesas Correntes	561.910	739.376	40,8%	-24,0%
Despesas de Capital	46.170	14.279	3,4%	223,3%
Investimentos	46.170	14.279	3,4%	223,3%
Total	1.376.226	1.500.680		-8,3%

Fonte: SIAFI

Das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 59,5% se refere ao pagamento de Pessoal Ativo, sendo 45,2 de Vencimentos e Vantagens Fixas e 14,3% de Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado.

	Em Mil			
Pessoal e Encargos Sociais	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	347.092	338.377	45,2%	2,6%
Aposentadorias e Pensões	248.626	240.271	32,4%	3,5%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	109.873	106.115	14,3%	3,5%
Demais Despesas	62.555	62.263	8,1%	0,5%
Total	768.146	747.025		2,8%

Fonte: SIAFI

Dos R\$ 562,5 milhões de Outras Despesas Correntes, R\$ 400,7 milhões (71,3%) referem-se a Serviços de Terceiros prestados por Pessoa Jurídica, sendo 40,6% de Serviços de Publicidade Institucional e 13,6% de Serviços de Publicidade de Utilidade Pública.

	Em Mil			
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Serviços de Publicidade Institucional	162.801	330.713	40,6%	-50,8%
Serviços de Publicidade de Utilidade Pública	54.592	48.933	13,6%	11,6%
Serviços de Comunicação em Geral	47.865	45.583	11,9%	5,0%
Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	33.047	44.100	8,2%	-25,1%
Limpeza e Conservação	17.584	20.599	4,4%	-14,6%
Serviços de Energia Elétrica	9.975	10.062	2,5%	-0,9%
Serviço de Seleção e Treinamento	9.923	5.160	2,5%	92,3%
Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	64.925	106.054	16,2%	-38,8%
Total	400.713	611.205		-34,4%

Fonte: SIAFI

O aumento dos investimentos se deve predominante à aquisição de Equipamentos e Material Permanente cujo valor representa 70,1% do total de investimentos.

Equipamentos e Material Permanente	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC	22.758	4.271	70,3%	432,8%
Mobiliário em Geral	4.321	519	13,4%	732,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.708	192	5,3%	789,2%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.365	5	4,2%	30079,1%
Demais Equipamentos e Material Permanente	2.216	3.004	6,8%	-26,2%
Total	32.368	7.991		305,1%

Fonte: SIAFI

NOTA 10 – RESTOS A PAGAR

Em relação aos Restos a Pagar, o montante reduziu 78,0%, sendo que cerca de 98,0% do saldo de Restos a Pagar refere-se a Restos a Pagar Não Processados.

Restos a Pagar	Em Mil			
	Inscritos	Saldo Final	AV (%)	AH (%)
Não Processados	446.596	98.083	97,8%	-78,0%
Processados	9.481	2.224	2,2%	-76,5%
Total	456.077	100.307		-78,0%

Fonte: SIAFI

NOTA 11 – OUTROS ITENS RELEVANTES

Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro foi realizada por meio da Ação 00QS - Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) e terá seus impactos detalhados em Demonstrações Contábeis próprias para atender Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

Intervenção Federal no Estado de Roraima

A Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 12 a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado de Roraima foi realizada por meio da Ação 00RG - Transferência de Recursos ao Estado de Roraima para Ações Decorrentes da Intervenção Federal (Decreto nº 9.602, de 08 de dezembro de 2018), cuja dotação é R\$ 225,7 Milhões. Este valor foi integralmente recebido por Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional (Cota) e transferidos para o estado de Roraima por Transferência Intergovernamental.